



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM Nº , DE 2016-GAG

Brasília, 13 de maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo projeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, conforme determinam os arts. 149, inciso II, e 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Essa peça de planejamento, pressuposto da responsabilidade fiscal, tem importância singular. Isso porque ela indica as metas e prioridades da administração pública do Distrito Federal para o próximo exercício e orienta a elaboração da lei orçamentária anual. Presta-se, ademais, a disciplinar as alterações da legislação tributária, a política tarifária das entidades da administração indireta e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, bem como a política de pessoal de curto prazo.

Importa dizer, de início, que o projeto ora apresentado é compatível com o Plano Plurianual 2016-2019, pois elege como metas e prioridades de governo ações formuladas para aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social, para conquistar a confiança da população no Estado e para tornar Brasília modelo de cidade sustentável. Nesse sentido, ele ajuda a dar formato ao legado que juntos, Executivo, Legislativo e sociedade civil, buscamos hoje construir: o orgulho de viver nesta cidade-estado, Capital do País.

Destaco que o projeto também se harmoniza com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), visto que dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, os critérios e a forma de limitação de empenho, o controle de custos, a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Norteados pela necessidade de assegurar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a gestão estratégica das ações governamentais, o

Assinatura manuscrita em tinta preta.

projeto ainda observa as regras constitucionais que fixam limites mínimos de destinação de recursos para as áreas de saúde e educação, prescrevem o apoio à ciência, à tecnologia e à cultura, e determinam a manutenção de reserva de contingência.

Vale ressaltar que a apuração das metas fiscais indicadas no projeto levou em consideração o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, conforme prescrito no art. 2º da LRF, restando excluídas as programações relativas aos investimentos das empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro distrital.

Já na apuração das despesas, foram levadas em conta as projeções para os gastos das áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, que recebem aportes do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Nesse âmbito, existe a expectativa de aumento de 5,69% no valor do repasse, em comparação ao previsto no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, o que significa o aporte total de R\$12,70 bilhões. Tal valor, entretanto, poderá ser alterado quando do fechamento do cálculo de variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União no período de julho de 2015 a junho de 2016.

A projeção da receita total do Distrito Federal para 2017 é de R\$ 31,49 bilhões, dos quais R\$ 28,85 bilhões referem-se às receitas correntes e R\$ 2,64 bilhões às receitas de capital. Somem-se a elas R\$ 7,93 bilhões do total das transferências do Fundo Constitucional destinados exclusivamente para pessoal, manutenção e investimento da área de Segurança Pública, que permanece sob a responsabilidade da União.

Com relação às despesas, tem-se a projeção de R\$ 21 bilhões destinados a despesas de pessoal e encargos sociais, fixada com base na folha de pagamento de março de 2016, atualizada pelo crescimento vegetativo de 3,6% ao ano e acrescida das previsões para despesas com terceirização de mão de obra, indenizações trabalhistas, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e ressarcimentos pela requisição de servidores. Esse total inclui a despesa das áreas de Educação e Saúde não suportada pelo Fundo Constitucional, bem como o acréscimo decorrente das nomeações dos aprovados em concurso público já autorizadas em lei, conforme consta do Anexo IV.

Tem-se, ainda, a projeção de R\$ 7,11 bilhões para manutenção e funcionamento da administração pública, as chamadas despesas de custeio, objeto de



permanente controle e contenção desde o primeiro dia do nosso mandato, a exemplo do avanço já obtido com a redução dos aluguéis e as revisões sistemáticas dos orçamentos de órgãos e entidades do Poder Executivo.

A Reserva de Contingência, por seu turno, está fixada em R\$ 639 milhões, à razão de 3% da RCL do período, podendo atingir o mínimo de R\$ 213 milhões, o que significa 1% da RCL, no momento de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Já o montante relativo a investimentos teve que ser reduzido em relação ao previsto para 2016, visando refletir o cenário de ajustes fiscais demandado pela conjuntura macroeconômica. Assim, para o exercício de 2017, essas despesas estão estimadas em R\$ 1,85 bilhão.

Como se pode ver, a proposta ora encaminhada indica, pelo lado das despesas, o objetivo de reduzir os déficits observados em programações legalmente constituídas e com caráter obrigatório, ao passo que, pelo lado da receita, persevera na incorporação de estratégias inovadoras de melhoria da gestão financeira dos recursos públicos distritais, como as medidas de redução dos gastos públicos adotadas no exercício corrente com reflexos positivos nas finanças do DF, especialmente as relativas a custeio.

Elaborada com apuro técnico e responsabilidade fiscal, essa proposta também resulta de intensa participação da sociedade brasiliense na escolha das diretrizes para a aplicação do orçamento de 2017. Aberta à participação social direta ao longo do último mês de abril, ela recebeu 155 sugestões, que foram atentamente analisadas e incorporadas, sempre que possível, ao texto da lei projetada. Houve, ademais, a possibilidade de participação também em audiência pública.

Por essas razões, conclamo Vossa Excelência a buscar o apoio dos ilustres Deputados e das ilustres Deputadas Distritais à aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias em anexo e, solicito urgência para a tramitação da matéria, em razão do disposto no art. 65, § 2º, e no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Atenciosamente,


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal

